

Massa Crítica

PACS
Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

Abril de 2009
nº 42

Análise de conjuntura sobre fatos da atualidade nacional e internacional.

Dívida pública brasileira: problema superado?

Sandra Quintela¹

Em 1998, quando é retomada no Brasil a discussão sobre o peso da dívida pública na vida dos trabalhadores e trabalhadoras, o ponto de partida foi o resgate das dívidas sociais no contexto do trabalho das pastorais sociais ligadas à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Neste mesmo ano, foi realizado um simpósio em Brasília onde economistas conhecidos, mesmo os de esquerda, eram unânimes em afirmar que a dívida externa não era mais um problema para o país. Naquele momento, então, a dívida externa havia aumentado de 148 bilhões de dólares, no final de 1994, para mais de US\$ 235 bilhões, no final de 1998. Neste mesmo período, o Brasil pagou aproximadamente R\$ 126 bilhões aos

credores, isto só de juros da dívida. Já em 2008, 10 anos depois, a dívida interna em setembro era de R\$ 1,5 trilhão e a dívida externa de US\$ 275 bilhões. Só em 2007, foram pagos R\$ 138 bilhões de juros pagos e R\$ 52 bilhões de amortizações. Mesmo assim, a grande imprensa, boa parte dos economistas e a opinião pública compraram o peixe de que a dívida não é um problema mais para o Brasil.

Para 2009, o cenário não é diferente. Quando somados os valores do pagamento de juros e encargos da dívida (R\$ 127,1 bilhões) e a amortização (R\$ 106,1 bilhões), chega-se ao montante de R\$ 233,2 bilhões que serão gastos no pagamento da dívida financeira. Se somarmos a isso a parcela do orçamento em rolagem da dívida (títulos velhos que são trocados por títulos novos) chega-se ao montante de R\$ 758,8 bilhões. Portanto, quase a metade do orçamento fiscal e da seguridade social de 2009 (48%) está comprometida com os credores financeiros do governo.

¹ Socioeconomista do PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul/Jubileu Sul

Mesmo assim, o tema da dívida ainda não ocupa o papel de protagonista nas lutas sociais no Brasil. O trabalho para que isso aconteça tem sido feito de forma sistemática ao longo dos últimos 10 anos. A Rede Jubileu Sul tem realizado um esforço significativo para que isso ocorra. Em 1999, um tribunal popular sobre a dívida externa realizado na cidade do Rio de Janeiro, reuniu duas mil pessoas. Na ocasião, foi construído um veredicto que serviu de orientador político para o trabalho realizado nos anos seguintes. Em 2009, uma consulta popular, que foi chamada de plebiscito, foi organizada em torno da questão da dívida. O plebiscito resultou numa votação que surpreendeu a todos: participaram mais de seis milhões de votantes. Na cédula as seguintes perguntas: 1) O governo brasileiro deve manter o atual acordo com o Fundo Monetário Internacional – FMI?; 2) O Brasil deve continuar pagando a dívida externa, sem realizar uma auditoria pública desta dívida, como previa a Constituição de 1988?; 3) Os governos federal, estaduais e municipais devem continuar usando grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores?

Em base ao resultado do plebiscito e, em especial, à segunda pergunta com relação à auditoria, um

grupo de ativistas começou a se reunir em Belo Horizonte e, através de articulações com outros movimentos e organizações, começou a realizar um estudo detalhado dos contratos de dívida externa dos últimos anos. Das 815 resoluções aprovadas pelo Senado brasileiro para contratação de novas dívidas, apenas foram localizados 238 contratos de endividamento nos arquivos do Senado, sugerindo o fato de que os senadores não analisavam os contratos, aprovando-os sem sequer lê-los. Tais contratos encontrados representam US\$ 42,7 bilhões, apenas 20% do aumento do endividamento ocorrido de 1964 até os dias atuais. Além disso, nos 238 contratos analisados, foram encontradas cláusulas abusivas que violam a Constituição e as leis nacionais. Para se ter uma melhor idéia da situação, basta ver alguns itens na tabela abaixo. Eles demonstram a participação no total financiado dos contratos de endividamento disponibilizados pelo Senado entre 1964 e 2001.

Cláusula	%
Juros flutuantes	91,78
Todos os pagamentos da dívida deverão ser feitos livres de todos e quaisquer impostos ou taxas brasileiros.	77,19
Pagamento de juros sobre a parte não desembolsada do empréstimo	58,61
Foro estrangeiro (renúncia à soberania)	49,24

Em 77, 19% dos contratos analisados, as dívidas foram pagas completamente isentas de pagamento de impostos. Em 58, 61% dos contratos os juros foram pagos sem que a parcela tenha sido desembolsada. E por ai vai o emaranhado ilegal da questão da dívida externa em nosso país.

O trabalho realizado pela Campanha da Auditoria Cidadã, como parte da Rede Jubileu Sul Brasil, se coaduna com seus objetivos que são os de: **conscientizar** a população de que uma das causas de seus problemas sociais e econômicos são as dívidas externa e interna; **aprofundar** a relação entre dívida externa e interna e dívidas sociais e ecológicas, levando esse debate à opinião pública e às bases; e **recolocar** o tema na pauta das mobilizações populares, questionando o modelo econômico neoliberal. Hoje, o grupo operativo da Auditoria Cidadã se encontra em Brasília e uma de seus membros compôs a Comissão para a Auditoria Integral do crédito público do Equador, representando a Rede Jubileu Sul Global.

2009: crise e endividamentos

Enquanto isso, novos ciclos de endividamento se avizinham. A crise econômica pela qual estamos atravessando tem servido para nos

mostrar como o sobreendividamento é um dos mecanismos centrais do capitalismo globalizado. Ela está no coração do funcionamento do sistema do capital mundial.

A crise financeira, detonada pela crise imobiliária nos EUA, é uma crise de dívida: a dívida dos hipotecados com os bancos; a dívida dos bancos com as seguradoras e os mercados financeiros internacionais e a dívida do governo dos EUA com o resto do mundo através da venda de títulos do Tesouro americano. O castelo de areia, que começou a ruir em 2007, nos ensina o que significa um sistema baseado em um poder de compra que não é real e cujas prioridades são estabelecidas para abastecer uma máquina mortífera que é o modelo de desenvolvimento em curso. Esse modelo é baseado na exploração máxima dos recursos naturais e em mega-conglomerados industriais que se movem em direção aos países do sul, deixando seus territórios nos países do centro do capital “limpos” de indústrias sujas e altamente consumidoras de energia e matéria prima.

Hoje no Brasil, por exemplo, estão sendo implementados cerca de nove pólos siderúrgicos em regiões de baías e estuários. Desenvolvimento para quê? Para quem? Quem está financiando tudo isso? Quem está

financiando o desenvolvimento do capital e quem está pagando a conta? Quem financia os déficits das empresas que perderam em outubro de 2008 com o estouro da bolha financeira? Os governos estão correndo para salvar bancos e financeiras, e indústrias que especulavam. Essas mesmas indústrias que nunca fizeram gesto significativo para com os governos do sul que estavam sobre- endividados, nos anos 80 e 90. Por indução delas próprias, que se endividaram no exterior, a dívida externa consolidada aumenta. Afinal, a dívida externa privada tem a garantia do tesouro nacional e, em momentos de crise cambial, é comum que sejam estatizadas. Ao mesmo tempo, a remessa de lucros as suas matrizes, a remessa de dividendos aos acionistas estrangeiros, as importações, o pagamento por serviços realizados no exterior, entre outros, demandam dólares para suas realizações, o que precisa ser captado pelas exportações e, muitas vezes, por contração de novas dívidas para quitar tais débitos. Por que os governos não dão aos povos o mesmo tratamento que estão dando aos especuladores que investiram em lucrar sem produzir e agora são socorridos tendo todo o risco premiado?

Essa crise tem mostrado que não há mais investimento de risco! O risco é assegurado pelos fundos

públicos. Privatizam ganhos e socializam custos e riscos. Suas conseqüências certamente serão sentidas pelos povos, que estão sempre em segundo plano para governos que atuam em favor do capital.

Dívida - Equador com o BNDES

Foi completamente excessivo o ato do governo brasileiro em retirar o embaixador brasileiro do Equador quando o governo desse país anunciou que não pagaria a dívida contraída com o BNDES para financiar a construção da represa de São Francisco pela empresa Odebrecht. A partir dos problemas técnicos surgidos na obra, o governo do Equador questionou a empresa quanto ao serviço prestado na construção e o presidente Rafael Correa expulsou a empresa do país.

Tratava-se de um tema exclusivamente comercial e financeiro e da situação de um Estado contra outro. O estado brasileiro toma as dores de uma empresa que, inclusive, no Brasil responde por sete mortes provocadas pelo desmoronamento de parte do canteiro de obras da linha 4 do metrô de São Paulo, no dia 12 de janeiro de 2007.

Além disso, o contrato de empréstimos do financiamento de

US\$242,9 milhões do BNDES estava condicionado à contratação desta empresa. A represa não funcionava desde meados de 2008. E mesmo assim o governo brasileiro alimenta os interesses das empresas privadas em países vizinhos, cedendo empréstimos públicos e gerando, assim, um novo ciclo sul-sul de dívida externa.

É lamentável o fato do governo equatoriano ter decidido pagar uma parcela que venceu em dezembro de 2008, a qual o presidente Rafael Correa, havia dito que não pagaria. Desde a Rede Jubileu Sul Américas e Brasil apoiamos a decisão de não pagar essa dívida com o BNDES, que consideramos ser ilegítima. As próximas parcelas não devem ser pagas antes de ocorra uma investigação detalhada dos danos que esse empréstimo causou ao povo equatoriano.

Finalmente, a decisão do governo do Equador de realizar uma auditoria integral da dívida; a possibilidade dos governos da Bolívia e da Venezuela também realizarem auditorias em suas dívidas; além da revisão do Tratado de Itaipu, entre Brasil e Paraguai; recolocam a questão da dívida pública na agenda política da América do Sul. Enfrentar a questão da dívida pública é sair da armadilha do discurso econômico e tratar a dívida

como uma questão política central para a superação das relações desiguais entre norte e sul e também entre sul – sul. A vida acima da dívida!





Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

Endereço: Av. Rio Branco, 277 - sala 1609 -
Centro - Rio de Janeiro/RJ
CEP.: 20040-009 - Telefax: 55 21 2210-2124
Caixa Postal: 7508 CEP: 20241- 970
Sítio: www.pacs.org.br
Cor. Eletr. pacs@pacs.org.br

Associada à ABONG – Associação Brasileira de
Organizações Não Governamentais - desde
1991

Utilidade Pública Federal – Portaria nº 2.476, de
17 de dezembro de 2003 – Diário Oficial da
União de 18/12/2003.

Utilidade Pública Estadual – Diário Oficial de
02/06/2003 – Lei nº 4.108.

Utilidade Pública Municipal – Diário da Câmara
Municipal do Rio de Janeiro de 13/09/2004 – Lei
nº 3832 de 09/09/2004

Inscrição nº 620 no Conselho Municipal de
Assistência Social – CMAS, processo nº
08/015202/03, publicado no Diário Oficial do
Município de 28/10/2003.

Quem somos

Criado em 1986, no Rio de Janeiro, o
Instituto Políticas Alternativas para o Cone
Sul – PACS é uma instituição sem fins
lucrativos dedicada à assessoria eco-social
e à ação educacional em colaboração com
os movimentos sociais.

Objetivo

Nosso objetivo é contribuir para o
autodesenvolvimento humano e para a
construção de uma opinião pública crítica e
criativa, capaz de cobrar a promoção e a
implementação de políticas públicas
transformadoras, participantes,
tecnicamente competentes, desde o nível
municipal, nacional e global.

Metodologia

Fundamentados na Metodologia da Práxis
trabalhamos com pessoas e organizações,
no intuito de fortalecê-las individual e
coletivamente para que se tornem sujeitos
de sua própria história e de seu
autodesenvolvimento. Nossas ações se
desenvolvem em duas dimensões
simultâneas: uma local, imediata, e a outra
nacional, global e mediata.

Atividades

Pesquisas, análises e reflexão crítica, sob a
forma de publicações, programas de rádio
e audiovisuais; elaboração de propostas e
políticas alternativas e projetos de
desenvolvimento; assessorias e atividades
educativas com movimentos sociais,
ecumênicos e prefeituras entre outros;
participação em redes regionais e
internacionais.

Os parceiros

CHRISTIAN AID (Reino Unido)
TRÓCAIRE (Irlanda)
Fundação Léopold Meyer para o Progresso
Humano - FPH (França e Suíça)
Ação Quaresmal (Lucerna, Suíça)
DKA (Áustria)
Pão para o Mundo (Alemanha)
Appleton Foundation (EUA)
Fundación para la NoViolencia (EUA)
SCIAF - Scottish Catholic International Aid
Fund (Escócia)